

Ars rhetorica no jovem Quentin Skinner

Rafael Marino

Universidade de São Paulo, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2659-6434>
rafael.marino50@gmail.com

Introdução

Se, para Skinner (2010), seguindo algumas lições do segundo Wittgenstein e de John Austin, as palavras em geral são atos e por meio delas fazemos coisas, os seus textos, ao nosso ver, também poderiam ser encarados a partir deste enquadramento.

Este crivo pode ser facilmente utilizado e mobilizado quando temos em vista estudos e ensaios como *Liberdade antes do liberalismo* (SKINNER, 1999) e até mesmo *Hobbes e a liberdade republicana* (SKINNER, 2010), nos quais, *grosso modo*, Skinner tem a intenção de

recuperar a teoria neorromana da liberdade¹ e mostrar que Thomas Hobbes, na disputa das ideias e da política sobre a liberdade e autoridade, pode ter ganhado a batalha intelectual, mas não o argumento (SKINNER, 2010, p. 197). Não obstante, o mesmo ponto de vista, a princípio, poderia não ser útil quando olhamos para um texto como “Significado e interpretação na história das ideias” (SKINNER, 2017), cuja discussão é sobre método e tem a intenção de expor qual seria a melhor forma de lermos textos do passado.

Gostaríamos de discordar disso. Nesse sentido, pretendemos indicar a existência do uso da retórica e recursos persuasivos de conflito por Skinner até mesmo em seus textos de disputa metodológica iniciais, como é o caso de “Significado e interpretação na história das ideias”. Essa forma de leitura nos permitiria notar também que, além de disputar a forma mais adequada para o estudo de ideias e textos antigos, Skinner possuía, desde aquele momento, uma preocupação política e moral específica com o presente. À vista disto, sugerimos dois elementos interpretativos a respeito da obra do teórico inglês.

Em primeiro lugar, sugerimos que a retórica está presente na obra de Skinner desde os seus momentos iniciais. Deste modo, pretendemos mostrar que há um uso prático da retórica na obra de Skinner. Assim, pretendemos dar atenção a uma dimensão pouco evidenciada por Palonen (1997) em seu estudo a respeito da virada retórica de Skinner. Para Palonen teria ocorrido, na década de 1990 (SKINNER, 1996b; 2002b; 2002c; 2004), uma virada retórica nos estudos de Skinner. Isto teria se dado porque Skinner passou a olhar a *ars rethorica* com especial atenção, dado que esta seria essencial para o conflito político e nos lances feitos por meio dos atos de fala em vários períodos históricos. Feito a *paradiástole* e o símile em Maquiavel (2002c), Palonen (1997), em seu artigo, também identifica momentos anteriores da obra do autor inglês no qual o estudo retórico foi importante (1996a), todavia, não

1 Em definição do próprio autor: “[...] o nervo da teoria republicana é que a simples presença de um poder arbitrário é suficiente para subverter a liberdade no seio das associações civis, porque tem por efeito reduzir os membros de tais associações do *status* de homens livres ao de escravos” (SKINNER, 2010, p. 10).

aborda o uso prático que Skinner fez de expedientes retóricos em seus textos, principalmente os de discussão metodológica. Em certa entrevista, Skinner (2008) havia argumentado que o *Leviathan* poderia ser estudado como um discurso no parlamento a respeito de um debate específico. Propomos, desta feita, similarmente, que “Significado e interpretação na história das ideias” seja lido como um discurso combativo sobre estudo de ideias e sobre a política num contexto específico.

Em segundo lugar, discordamos, num sentido bastante preciso, de Ricardo Silva (2009), para quem Skinner, ao longo de sua trajetória, fora matizando o seu antipresentismo. Para nós é possível ver neste ensaio de método de Skinner uma espécie de distinção prática entre um antripresentismo no *método* e um antripresentismo *político*. Uma vez que, para o teórico inglês, o método de estudos das ideias adequado, desde a publicação de “Significado e interpretação na história das ideias”, nos legaria uma possibilidade de autoconsciência crítica decisiva para se pensar a sociedade contemporânea, para desnaturalização do pensamento vigente e para se criar uma abertura de possibilidades políticas para além do *status quo*.

Na próxima seção, exploraremos quatro motivos a partir dos quais podemos dar certo embasamento a nossa interpretação. Posteriormente, pretendemos retomar parte da argumentação construída por Skinner em seu ensaio metodológico e mostrar, nele, disposições retóricas e de disputa que o afastam da ideia de um mero trabalho sem *páthos* e exclusivamente assentado no *logos*.

Retórica e método

Em primeiro lugar, nas palavras do próprio teórico – em seu estudo sobre Hobbes e a liberdade republicana –, podemos indicar o papel central das ideias em batalhas políticas:

Minha suposição norteadora é que mesmo as mais abstratas obras de teoria política nunca estão acima da batalha; elas sempre são partes da própria batalha. Com isso em mente, tento fazer Hobbes descer das alturas filosóficas, decifrar suas alusões, identificar seus aliados e adversários, indicar seu posicionamento no espectro do debate político (SKINNER, 2010, p. 15).

Tal postura, em nossa concepção, também pode ser aplicada aos estudos metodológicos e abstratos do próprio Quentin Skinner.

Em segundo lugar, em seu artigo “Significado e interpretação na história das ideias” (SKINNER, 2017) não são poucas as vezes em que o teórico inglês lança mão de um vocabulário que conforma um cenário de disputa e batalha de ideias e projetos. De sorte que, assim, o estudioso do pensamento político expõe a existência de oponentes em disputa pela forma mais adequada de se estudar textos clássicos – sem incorrer em absurdos históricos e mitologias no tratamento destes. Veja-se, por exemplo, que, nas páginas iniciais do ensaio, Skinner dirá que pretende “*questionar, criticar e, se possível, desqualificar no que se segue*” (SKINNER, 2017, p. 360, marcações nossas) as premissas das abordagens mais tradicionais e anacrônicas a respeito da história das ideias². Ademais, Skinner, em entrevista concedida à historiadora Maria Lúcia Pallares-Burke, aceitará e desdobrará a ideia de que seu artigo metodológico escrito em 1969 será uma espécie de manifesto:

Sim, sem dúvida, o que chama *acertadamente de meu manifesto* tem norteado todo o meu trabalho. Tive imensa dificuldade em publicá-lo, várias revistas o rejeitaram, e foi só após dois anos que acabou sendo aceito por *History and Theory*. *É verdade que foi escrito para chocar e irritar, o que conseguiu!* Jamais escreveria daquela forma hoje em dia, mesmo porque deixou de ser necessário

2 Nesse sentido, não deixa de chamar a atenção que Charles Taylor (1988) verá em Skinner uma hermenêutica do conflito neo-Clausewitziana, baseada em metáforas bélicas e em situações de violência improváveis no debate de ideias. Taylor chega mesmo a aproximá-lo de Foucault por isso.

combater o que então combati! (SKINNER, 2002, s.p.,
marcações nossas)

Historicamente, manifestos são forjados pensando em estabelecer uma posição específica num contencioso teórico, estético ou político. Marx e Engels (2010) voltavam-se contra o que compreendiam como socialistas não científicos e não materialistas; artistas vanguardistas se voltavam contra a arte burguesa e contra tendências pequeno-burguesas de vida (CHIPP, 1999). Skinner, por seu turno, rejeita as visões que conceberiam os textos filosóficos como dotados de significados eternos, apreensíveis, somente, pela leitura cerrada do texto, e o contextualismo sociológico de correntes marxistas. Propondo, no lugar de ambos, o chamado contextualismo linguístico.

Em terceiro lugar, é preciso notar que em disputas intelectuais e políticas há, entre os contendores, possibilidade de que, por meio dos conflitos de posições, ideias sejam revistas e concepções transformadas. Esse é o caso também de Skinner e suas lições metodológicas dado que, além de questões como justiça, liberdade e igualdade, questões de método também admitiriam argumentos com sentidos e intenções opostas – no plano retórico é comum designar isso como *in utramque partem*, o qual estrutura, a título de exemplo, textos políticos clássicos fortemente retóricos, como *Brutus e Do orador*, de Cícero. De acordo como Silva (2009, p. 310; 323; 330), para conseguir defender o contextualismo linguístico, o teórico inglês operou reformulações e distanciamentos importantes frente às prescrições metodológicas essenciais presentes no ensaio-manifesto de 1969. Outra prova destes avanços, recuos e mudanças de cursos, próprios de batalhas (inclusive intelectuais), é quando se refere à tradição romana de liberdade associada às cidade-repúblicas da Itália renascentista. Esse epíteto, para Skinner (2010, p. 9), soa um tanto anti-histórico e ele mesmo prefere descrever essa discussão como neorromana. Ele reconhece, todavia, que ele perdeu parte desta disputa e, “no que se segue (bem como no título deste ensaio [*Hobbes e a liberdade republicana*]), vi-me compelido a adotar a terminologia agora geralmente usada”.

Em quarto lugar, é possível notar no discurso skinneriano a presença de figuras clássicas da retórica³ e de técnicas de *ornatus* para potencializar a sua persuasão (Cf. SKINNER, 1996, p.48). As críticas que recebeu o perturbaram profundamente, sendo respondidas, por exemplo, via uma figura de linguagem e retórica clássica⁴: a ironia - quando se diz o contrário do que realmente se quer, produzindo uma separação entre a letra e o espírito de quem diz (REBOUL, 2004, p.132). Veja-se, nesse sentido, o seguinte contra-argumento formulado contra seus críticos: “Não tenho certeza por onde começar. Lendo meus críticos, fico perplexo ao saber que sou, ao mesmo tempo, um idealista, um materialista, um positivista, um relativista, um antiquário, um historicista, e um mero metodólogo sem nada substancial a dizer” (SKINNER, 1988, p. 231). Desta feita, é importante notar que o próprio Skinner, em outro escrito, tomará a ironia como um código retórico o qual requereria ainda mais a busca das intenções do autor que, como ator político, faz coisas com as palavras. Dado que, do contrário, poderíamos ter um entendimento absurdo sobre os textos, atribuindo a eles o contrário do que almejavam (SKINNER, 2002, p. 11).

Outro indício a respeito do uso de recursos retóricos por Skinner, até mesmo em suas obras metodológicas mais “puras”, pode ser vislumbrada na relação entre o método do contextualismo linguístico e aquilo que é praticado em seus trabalhos históricos e teóricos e a forma como o próprio Skinner concebe o contextualismo linguístico. Como

3 Ademais, lembremos que Aristóteles, apesar da desconfiança frente aos retóricos que o precederam e que apelavam apenas para seus os efeitos exteriores dos discursos, feito as emoções, destaca a necessidade da persuasão e não deixa de lembrar a importâncias das paixões nos discursos públicos: “Entendemos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência [...]. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2005, p. 95-96).

4 Por figura retórica, podemos entender: “qualquer tipo de recurso ou manipulação da linguagem com fins persuasivos, expressivos ou estéticos com o objetivo de ampliar o significado ou a ênfase que o orador quer imprimir em seu discurso” (REBOUL, 2004, p. 113).

ressalta Silva (2009, p. 300), Skinner exagera suas prescrições de método e sugere um ideal de procedimentação de pesquisa que não se efetiva integralmente em seus trabalhos. Se, por um lado, isso é comum no estudo de história das ideias, uma vez que há fatores não controlados presentes em qualquer processo efetivo de trabalho intelectual e que não podem ser previstos pelo método, por outro, poderíamos ver nesse exagero prescritivo, principalmente no manifesto de 1969, uma hipérbole retórica utilizada com o fito de diminuir e tornar mais simples as metodologias que pretende desqualificar. A partir de outro comentário também de Silva (2009, p. 326) seria possível dizer que o pesquisador inglês mostra seu método como oferecendo o caminho único e necessário para quem quiser lançar mão de um método genuinamente histórico. Argumento que, se para a pesquisa efetiva de história das ideias é demasiado forte, não deixa de ter um efeito persuasivo no plano das disputas metodológicas.

Seja como for, passaremos, agora, a desdobrar partes de seu argumento no artigo-manifesto de 1969 e mostrar, além do já exposto, elementos retóricos e de disputa ideológico-política em sua exposição metodológica.

Retórica no método: estudo de ideias e política

Em linhas gerais, o texto “Significado e interpretação na história das ideias” intenta se contrapor, principalmente em termos metodológicos e epistêmicos, ao que era feito até ali no campo da história das ideias e da teoria política. Cumpre dizer que o trabalho em questão é um dos textos mais visitados da chamada Escola de Cambridge do contextualismo linguístico. Apesar de algumas

divergências internas⁵, os membros mais destacados deste grupo intelectual são Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock, os quais contaram com a influência decisiva do historiador, de geração anterior, Peter Laslett – cujo estudo introdutório à reedição de 1960 do livro *Dois tratados sobre o governo*, de John Locke, já trazia investidas e procedimentações contextualistas importantes (SILVA, 2009, p. 301).

De todo modo, são dois os dois adversários de Skinner. Em primeiro lugar, aqueles que leem os textos clássicos como portadores de ideias e verdades atemporais, as quais são dotadas de uma relevância perene; assim sendo, a melhor forma de aproximação com alguma obra seria a sua leitura cerrada, desde a qual poderíamos apreender o que ela diz a respeito das questões perpétuas em campos como vida social, Estado, política, moral e religião. Em segundo lugar, aqueles que encaram obras, textos e pensamento como uma espécie de reflexo da sociedade, da disputa entre as classes e da vida material, de sorte que a melhor maneira de nos aproximarmos de textos clássicos seria a partir de um exercício comparativo entre ideias e estrutura social. No texto, fica claro o maior peso da primeira corrente na batalha do intelectual inglês. Prova disso é a sua maior presença ao longo do artigo e o fato de os parágrafos de abertura serem voltados unicamente a ela.

Essa crença de que clássicos formalizariam conceitos fundamentais atemporais, para Skinner, teria aberto a porta para uma série de absurdos históricos e interpretativos. Contudo, o sentido ilusório desta crença seria difícil de ser explicitado caso seja isolado de um dilema intelectual importante: o fato de nos aproximarmos e classificamos o não familiar tendo em vista aquilo que nos é familiar e a partir de nossas crenças e expectativas frente a um objeto. Deste modo, nos aproximaríamos de agentes e pensamentos e proporíamos aparentes descrições sobre eles as quais são, ao fim e ao cabo, inaceitáveis e totalmente anacrônicas.

5 Feito a maior ênfase de Skinner nas intenções de autores na compreensão de atos linguísticos e de a John Pocock na reconstituição de paradigmas e linguagens políticas que informam o significado de uma obra (SILVA, 2009, p. 327).

De posse destas informações, Skinner pretende “*desvelar* até que ponto o atual estudo histórico do pensamento ético, político, religioso, entre outros, está contaminado por uma aplicação inconsciente dos paradigmas de familiaridade, os quais, para o historiador, disfarçam uma inaplicabilidade essencial para o passado” (SKINNER, 2017, p. 362, marcações minhas). Continuando sua exposição, o teórico inglês argumenta que quer insistir nas várias formas de absurdos e anacronismos que estudos textualistas a respeito do pensamento podem incorrer e “analisar as várias maneiras nas quais os resultados não podem ser considerados como *histórias*, mas sim *como mitologias*” (Ibid., marcações nossas). É preciso ressaltar, ainda, que Skinner evidencia que o movimento que está fazendo no estudo das ideias já havia tido resultados frutíferos e antiilusionistas na história da arte, com Ernest Gombrich, e na história da ciência, a partir do trabalho de Thomas Kuhn.

Até aqui poderíamos comentar, ao menos, três práticas de persuasão utilizadas por Skinner: **a)** certa simplificação e diminuição da posição de adversários (em procedimento análogo a de uma *tapinose*); **b)** a construção de um *éthos* racional frente às mitologias que obnubilam o enfrentamento razoável dos textos clássicos e **c)** a utilização de um argumento de autoridade.

Tapinose, de acordo com Reboul (2004, p. 123) seria uma figura retórica que indicaria uma hipérbole em seu sentido negativo, tornando-se um meio de diminuir o adversário numa discussão. É claro que Skinner não constrói seu texto a partir de uma retórica clássica estrita, na qual as hipérbolés seriam estruturadas por meio de metáforas e sinédoques, não obstante é possível notar a mesma *função* de diminuição do adversário em sua exposição. De qualquer forma, Skinner aglutinará uma série de autores, os mais dispares, em duas correntes de pesquisa: a textualista e contextualista. É evidente que, em certo grau, esses dois tipos correspondem ao que é visto na prática intelectual destes intelectuais – Skinner cita passagens diretas das obras criticadas –, porém a sua sumarização em posição mais simples e abrangentes

propiciam uma forma de descomplexificação, diminuição e facilitação do ataque em relação aos seus oponentes.

Os gêneros discursivos, em Aristóteles (2005), demandam provas que poderiam ser técnicas ou não técnicas. Entre as técnicas existiriam três tipos: o *ethos*, concebido como uma feição afetiva que corresponde à impressão que o orador passa de si; o *páthos*, que também diz respeito ao que é afetivo e expressa a emoção que o orador passa ou pretende passar a um auditório e o *logos*, que é o lado racional e condiz com a argumentação propriamente dita. Apesar de mais móvel e mutável, textos acadêmicos modernos e contemporâneos também têm auditórios e plateias. Em sentido próximo, Cicero (2009, p.228) dizia que o discurso é arrebatador e senhor de todas as coisas, podendo erguer o que se curva ou curvar o que se ergue e conquistar àqueles que lhe resistem por meio de um orador que cativa pela sua dignidade e coerência com as paixões que suscita. Isso posto, não é descabido ver em Skinner a construção de um *ethos* específico: o de um historiador profissional que, guiado pela razão e pelo método “apropriado” (SKINNER, 2017, p. 395), poderá guiar o seu auditório no *desvelamento* dos mecanismos que produzem as *mitologias* que nublam a compreensão dos textos⁶ - isto é, do entendimento de suas intenções e significados – e inflama/informa seus leitores contra estas formas não-históricas de leitura. Se há brandura, quando argumenta terem, alguns destes estudos, tido resultados notáveis (SKINNER, 2017, p. 362), há inflamação quando os invoca, ao invés de apenas equivocados, como absurdos (SKINNER, 2017, p. 360), nefastos (SKINNER, 2017, p. 368) e sinistros (SKINNER, 2017, p. 369).

Conforme já exposto, Skinner diz intentar, no campo da história das ideias, aquilo que já fora feito por Ernst Gombrich na história da arte e por Thomas Kuhn na filosofia da ciência, a saber: romper com as mitologias e ilusões dos que o precederam e dos métodos em uso. Sobre

6 É interessante que Skinner (2002, s.p) mesmo dirá que para ele um dos elementos mais criticáveis do marxismo seria a pretensa divisão do mundo que opera entre consciências verdadeiras e falsas ou ilusórias.

isto podemos lançar mão de duas interpretações. Em primeiro lugar, poder-se-ia conjecturar que, dada a relativa polêmica e o sucesso que tiveram em promover mudanças em seus respectivos campos de pesquisa, Gombrich, com seu *Arte e ilusão*, e Kuhn, por meio de *A estrutura das revoluções científicas*, para além de inspiração intelectual, poderiam funcionar, nos atos e propostas de Skinner, como componentes de um argumento de *autoridade*. Visando, desta maneira, fiar parte da legitimidade de seu argumento ao prestígio dos autores supracitados.

Em segundo lugar, forçando um pouco a nota, é possível enxergar na exposição skinneriana também certa semelhança com um procedimento utilizado por Kant no prefácio à segunda edição de *Crítica da Razão Pura*, no qual argumenta, em linhas gerais, que a metafísica seria ali colocada no caminho seguro de uma ciência (KANT, 2012, p. 33), à semelhança do que fora feito na geometria e nas ciências naturais, deixando de lado ilusões e dogmatismos. O filósofo alemão, inclusive, compara o seu movimento de passar de uma adequação da razão pelos objetos para uma regulação do conhecimento sobre os fenômenos pelo sujeito à revolução copernicana – cujo efeito fora a substituição do modelo ptolomaico pelo heliocêntrico. Se há justeza conceitual aí, também há um elemento persuasivo acentuado: compara-se uma crítica à metafísica pretérita à uma das revoluções científicas mais importantes da história humana. Em movimento familiar, Skinner pretende refundar o estudo de história das ideias em solo racional e científico, contra o dogmatismo e as ilusões anteriores. Em suas palavras (SKINNER, 2017, p. 385), um comentador até pode contar “estórias” (derivadas de absurdos e compreensões equivocadas decorrentes de um método errôneo), mas não pode querer, a partir disto, fazer “história”, até porque o relato histórico deveria perseguir a *verdade* e não se pautar pelo *absurdo de estórias*. Produzindo, desta maneira, uma contraposição entre a “história” entendida como “verdade” e “estória” vista como “absurdo mitológico”. A estória seria construída a partir de métodos variados; a história, por seu turno, seria apreendida pelo método adequado do teórico inglês.

Voltando ao texto, quatro, segundo Skinner, seriam as mitologias: **i)** a mitologia da doutrina; **ii)** a mitologia da coerência; **iii)** a mitologia da prolepse e **iv)** a mitologia do paroquialismo. É preciso ressaltar que, para Skinner, enquanto as duas primeiras mitologias estariam mais presentes num nível mais abstrato de estudo dos textos, a partir de prejulgamentos sobre características definidoras da disciplina que algum autor supostamente contribuiu, as duas últimas formas de mito, no que lhes concerne, são mais facilmente rastreáveis no nível mais concreto de dissecação e leitura de conteúdos clássicos. O que, no fim das contas, mostra as dificuldades e erros da exegese histórica e textual em níveis variados.

Na mitologia da doutrina, tudo se passa com se todos e quaisquer enunciados e elementos argumentativos utilizados pelos autores clássicos constituíssem uma doutrina unificada e pronta. O autor inglês não deixa de observar que, geralmente, essas construções doutrinárias concebidas como linhagens ou ideias essenciais seriam, a bem da verdade, forjadas a partir das crenças e do arcabouço de quem analisa determinado pensador ou conjunto de ideias. Ademais, esses constructos doutrinários serviriam como régua para análise do pensamento de um autor ou de um conjunto de pensadores. Essa postura intelectual abriria espaço para alguns absurdos históricos a saber: **i)** a tentativa de imputar antecipações precoces de doutrinas posteriores em teóricos mais antigos (ex: Marsílio de Pádua como um pré-Maquiavel e como um pioneiro na divisão dos poderes) e **ii)** a crítica a um autor que, supostamente, deveria ter exposto uma doutrina específica – mesmo sem meios históricos e vocabulário normativo para tal – e não o fez (ex: Platão omitiu a força da *opinião pública* em sua obra *A República*).

A mitologia da coerência seria marcada pela noção de que um determinado pensador teria construído um pensamento coeso e sistematizado, no qual todos os elementos textuais e discursivos por ele enunciados fazem parte de uma estrutura extremamente organizada. Caberia ao analista, aqui, por meio da leitura dos textos, descobrir a coerência interna da doutrina de um autor específico – à revelia das intenções deste. Armados deste ponto de vista, pesquisadores poderiam:

(a) deixar de lado alguma obra determinada do autor analisado, dado que está poderia quebrar a coerência do seu suposto sistema; (b) não notar contradições que existiram em produções diferentes ou, até mesmo, na mesma obra e (c) descartar mudanças ocorridas na experiência intelectual de um pensador. Exemplar disto seria a noção de que a obra que definiria Hobbes seria *O Leviathan* e que todas as outras nada teriam de diferente.

Prolepse, tradicionalmente, é a ação de tomar uma posição antes ou um ato de antecipação do argumento de um adversário. A mitologia organizada a partir dela se caracteriza pelo maior interesse no significado retrospectivo de um enunciado ou episódio específico do que no significado que estes tiveram para o ator político no momento histórico em que ocorreram. Isto é, ocorre uma confusão entre o significado atribuído por um intérprete a um episódio ou ato e o significado do ato e do episódio em si e no seu tempo histórico. Exemplos disto seriam considerações como: Locke é o fundador do liberalismo e Maquiavel abre o mundo moderno. Registra-se, nesta mitologia, a presença contundente de formas teleológicas de explicação, nas quais os significados de argumentos e construções intelectuais apenas ganhariam significado no futuro.

Mitologia do paroquialismo, por sua vez, é marcada pela produção de um falso senso de familiaridade entre períodos históricos e sociedades muito distintas. Os intérpretes dotados desta disposição confeccionam uma continuidade e até mesmo uma identidade entre as crenças, as referências e os vocabulários do presente e do passado – seja qual ou quão passado for. Deste modo, um comentarista pode abusar *do seu ponto vista* tanto ao identificar supostas referências e influências de um texto ou um suposto sentido subjacente que seria por ele (intérprete) descrito. A título de exemplo, podemos imaginar aqui um autor, influenciado pelo liberalismo, que tente descrever e entender toda a Revolução Gloriosa e os Levellers a partir de seu paradigma político e moral.

Tendo em vista esses quatro constructos mitológicos, podemos observar três elementos discursivos de persuasão importantes.

Primeiramente, Skinner confeccionará as suas críticas de forma erudita e com a citação sistemática de passagens dos seus adversários intelectuais. O que, no fim das contas, reforça a construção de um *éthos* organizado a partir da razoabilidade e da cientificidade. Em segundo lugar, ao dizer que seus adversários imputam vontades, crenças e argumentos aos autores estudados, o teórico inglês prepara o terreno para apresentar e guiar os leitores ao seu método, centrado na busca das intenções e significados de um texto e de um episódio a partir do vocabulário normativo contextualmente existente no período do objeto estudado. Como terceiro elemento, é possível observar que, com a mitologia da prolepse, Skinner condiciona o método intelectual de alguns intérpretes à uma figura retórica fundada na antecipação argumentativa de um adversário. O que, também, é persuasivo visto que identifica uma forma de leitura a uma figura discursiva voltada para o convencimento de outrem e coloca Skinner como um analista “fora” de disputas retóricas e mais pautado, portanto, no *logos*.

De acordo com Skinner (2017, p. 29), essas mitologias supracitadas, ao tentarem dotar um texto de crenças e uma “coerência”, negam, também, o caráter trabalhoso, apaixonado, conflituoso e confuso que marcam a atividade do pensar. A fim de evitar esses absurdos na interpretação de atos e textos clássicos, duas tarefas hermenêuticas teriam que ser levadas a cabo: deve-se explicar não somente o *sentido* daquilo que foi *dito* e *exposto* – portanto, não aquilo que se *presume*, a partir de visões e pontos de vista do intérprete, que fora dito pelo ator no contexto – mas também o que o autor pode ter *pretendido fazer* com aquilo que expôs e disse⁷. Em suas palavras:

Ainda mais importante, entretanto, do que qualquer uma dessas considerações, está o fato de que, no caso de

7 Silva (2009) argumenta, a partir de Austin (1975), que Skinner procura sempre enfatizar a dimensão ilocucionária dos atos, isto é, relativa ao que o agente está *fazendo* ao dizer, e não a dimensão locucionária (ligada ao conteúdo *proposital* e *manifesto* do que é dito) e nem a dimensão perlocucionária (assentada nos *efeitos produzidos* pelo ato de fala numa audiência, ou *aquilo que ocorre* ao se dizer alguma coisa).

qualquer afirmação séria, o estudo do que alguém diz não pode nunca ser um guia suficiente para compreender o que se pretendia dizer. Para compreender qualquer afirmação séria, devemos atentar-nos não somente ao significado do que é dito, mas ao mesmo tempo na força da intenção com a qual a afirmação é exposta. Precisamos, assim, concentrar-nos não só naquilo que as pessoas estão dizendo, mas também naquilo que estão fazendo ao dizê-lo. Estudar o que os pensadores disseram sobre tópicos canônicos na história das ideias é, em resumo, realizar somente a primeira de duas tarefas hermenêuticas, cada uma delas indispensável se nosso objetivo é atingir um entendimento histórico sobre o que escreveram. Para além de nos atermos àquilo que disseram, devemos, ao mesmo tempo, compreender o que pretendiam dizer ao dizê-lo (SKINNER, 2017, p. 390).

Cuja operacionalização se daria da seguinte forma:

Parece-me que, dessa forma, a maneira mais esclarecedora de proceder deveria começar por uma tentativa em delimitar a gama completa de comunicações que poderiam ter sido convencionalmente realizadas em uma determinada ocasião através de um pronunciamento específico. Depois disto, o seguinte passo deve ser traçar as relações entre tal pronunciamento e seu contexto linguístico mais amplo como uma maneira de decodificar as intenções de um determinado autor. Uma vez que se percebe, dessa forma, que o foco apropriado de estudo é essencialmente linguístico e que a metodologia apropriada, conseqüentemente, tem a ver com a recuperação das intenções, o estudo de todos os fatos relacionados com o contexto social de um determinado texto pode, então, ocupar seu lugar como parte desta empresa essencialmente linguística. O contexto social aparece, assim, como o melhor marco para ajudar a decidir quais significados reconhecíveis de maneira convencional poderiam, em princípio, estar à disposição de alguém (SKINNER, 2017, P. 395-396).

Sem esses cuidados hermenêuticos, poderíamos ter problemas sérios de entendimento textual e político. Até porque, como pontua o teórico

inglês: **(a)** os sentidos dos termos utilizados para expressar conceitos mudam ao longo do tempo e **(b)** escritores, por vezes, lançam mão de estratégias retóricas oblíquas, como a ironia, de sorte que “o que um autor diz sobre uma doutrina pode se mostrar como um sinal enganoso daquilo que queria dizer” (SKINNER, 2017, p. 393), tornando a busca pela sua intenção essencial para o entendimento do significado de um ato ou de um discurso.

O exposto pelo teórico inglês leva a uma outra conclusão no campo da história das ideias: a de que o estudo de “unidade-ideias” é equivocado. Isso se daria porque, em primeiro lugar, para entender uma ideia não devemos nos concentrar nos *termos* pelas quais ela foi expressa, e sim, no estudo dos vários *contextos normativos, vocabulares e históricos* nos quais as palavras foram utilizadas, procurando as *funções que cumpriu* e as *coisas que fez*. Em segundo lugar, essa forma equivocada de estudo das ideias proporciona uma quase desaparecimento dos agentes das declarações e dos atos político e teóricos, o que impede de se entender o papel que uma ideia teve num período e qual foi a questão que esta buscava responder. Destarte, para Skinner, não seria produtivo se pensar na história de uma ideia específica, mas sim a história de seus vários usos e das várias intenções com as quais foram empregadas⁸.

Por conseguinte, duas seriam as conclusões gerais do ensaio metodológico skinneriano. A primeira é que de que o estudo das intenções e das pretensões de um ator quando dizia ou escrevia algo são tão importantes quanto o entendimento do sentido daquilo que estava lançando na cena pública. A segunda conclusão é que esta abordagem adequada seria de grande valia para a compreensão do fenômeno da inovação conceitual e no estudo da relação entre mudança ideológica e transformação linguística. Até aí as conclusões são condizentes com a apresentação anteriormente formulada por Skinner. Isto é, aqui o terreno seria do método e em nada poderia “contradizer” o *ethos científico*

8 Posteriormente, Skinner (2002c) quase que repetira os mesmos termos quando critica o projeto de Koselleck. Para uma tentativa de reunir os métodos de Koselleck e Skinner, ver Richter (1990), para uma visão mais favorável a Koselleck, ver Jasmin (2005).

forjada pelo teórico inglês. Não obstante, o texto continua, por alguns parágrafos, e algo “novo” surge: há uma conclusão, a “principal” (SKINNER, 2017, p. 396), a respeito do valor *filosófico* no estudo de história das ideias; valor que poderia ser captado por meio de sua crítica metodológica.

As afirmações e atos detém intenções específicas em ocasiões específicas para responder problemas específicos e particulares para seu contexto, de modo que ir além disso teria como consequência o absurdo e o simplismo. O corolário disto - e que pode ser desdobrado a partir do que foi posto durante toda a exposição, a princípio, *metodológica* de Skinner - é que o estudo de questões perenes seria impossível e que existem apenas “respostas individuais a perguntas individuais e, potencialmente, existentes tantas questões quanto questionadores” (SKINNER, 2017, p. 397).

Porém o teórico inglês lança mão de outra reflexão, está de natureza profundamente *política* e *moral* – indo, portanto, *além* do escopo metodológico prometido no início e ao longo do texto. Para ele, esse método adequado também andaria de mãos dadas com uma visão mais razoável de nossa sociedade, na qual esta não corresponderia ao ápice da moral e da civilidade, tendo ela mesmo problemas e questões particulares, que deverão ser pensados e resolvidos pelos seus contemporâneos. Por consequência, a sociedade contemporânea também seria dotada de contingências e especificidades, de sorte que os seus problemas e soluções não são atemporais e não são necessariamente os mais avançados. Assim, uma outra função da história das ideias seria diminuir as limitações do imaginário, impostas pelo mundo material, e, por conseguinte, permitir uma análise a respeito dos problemas políticos e sociais efetivamente mais importantes, separando-os da contingência absoluta. Além da alargar a imaginação política para além do liberalismo reinante e do *status quo*. Em resumo, por meio do estudo das ideias e textos clássicos poder-se-ia desenvolver uma visão *política*, *filosofia* e *moral* mais apurada e crítica a respeito das problemáticas contemporâneas.

Ademais, novamente trazendo uma comparação kantiana à baila, é possível dizer que o método adequado skinneriano condicionaria a ousadia das pessoas utilizarem-se da razão - ou, em suas palavras, a aprenderem a pensar por sua conta (SKINNER, 2017, p.397) – e, a partir de um método adequado de história das ideias, saírem de sua minoridade e adquirirem uma forte autoconsciência (SKINNER, 2017, p. 398) histórica e política. Estaríamos, desta forma, em posse de um final político e tanto para um texto “apenas” sobre método.

Teria Skinner, com esta conclusão, “fraturado” o *ethos* racional e científico construído no decorrer de seu ensaio? Acreditamos que, em parte, sim. Indo para a política e para a moral, o teórico inglês teria transcendido o campo do método e da episteme, no qual seu ensaio se construiu. Todavia, com este comentário, nós mesmos poderíamos nos ver enredados por uma corruptela da mitologia da coerência.

Seja como for, isso não é o mais interessante e avaliar seu trabalho desta maneira, exclusivamente, seria um reducionismo por, ao menos, quatro motivos. Primeiramente, é inegável o papel de seus escritos, e deste em particular, nos estudos e no refinamento das pesquisas a respeito da história das ideias. Em segundo lugar, conforme assinalado no começo desta nota de leitura, o próprio Skinner, em texto posterior, insiste na ideia de que até mesmo os textos mais abstratos e metodológicos fazem parte de batalhas políticas e ideológicas mais amplas. Em terceiro lugar, por mais que possamos identificar certo descolamento entre a sua última conclusão e seu *ethos*, isso não significa uma perda de persuasão em seu ensaio, dado que, como pontuamos, ele constrói uma relação forte entre seu método e uma postura *crítica* e *autoconsciente* diante do mundo. Por último, como lembra Ricardo Silva (2009, p. 325-326), Skinner teria dito que qualquer pesquisador gostaria que seus estudos fossem os mais eruditos o possível, por outro lado gostaria também que tivessem valia para sua sociedade.

À vista do que foi dito, cabe um comentário crítico ao texto de Silva (2009). Este apostaria na ideia de que, ao longo de sua trajetória intelectual, Skinner teria se distanciado de sua antiga ênfase antipresentista, cujo exemplo máximo seria o artigo metodológico aqui

analisado. Porém, se ao menos parte do que nós expusemos estiver correto, é possível ver neste mesmo ensaio de método de Skinner uma espécie de distinção prática entre um antripsentismo no *método* e um antripsentismo *político*, uma vez que o método adequado, desde deste texto de 1969⁹, nos legaria uma possibilidade de autoconsciência crítica decisiva para se pensar a sociedade contemporânea e o presente. Algo que, no fim das contas, não tornaria a postura intelectual e política de Skinner tão diferente – ao menos no grau que é exposto por Silva – entre seus textos mais antigos e os mais contemporâneos.

Considerações finais

A intenção deste ensaio era mostrar como a retórica aparece na obra de Quentin Skinner desde os seus primeiros trabalhos. Ou melhor, procuramos, por meio de nossa argumentação, evidenciar como o texto “Significado e interpretação na história das ideias”, de 1969, pode ser lido como um escrito de intervenção política e intelectual no qual o elemento retórico é decisivo para que Skinner possa combater visões que concebe como equívocas no estudo de história das ideias.

À vista desta proposição, mostramos a nossa discordância frente aos trabalhos de comentadores como Palonen (1997) e Silva (2010), para os quais, respectivamente, a retórica teria se tornado importante na obra de Skinner apenas nos anos 1990 e a postura antipsentista teria enfraquecido ao logo dos anos nos trabalhos do teórico inglês. Ao nosso ver, a retórica, mesmo que de forma prática e não como objeto de estudo, já estava presente desde as obras iniciais de Skinner e, no texto analisado

9 Comparou-se a versão da parte final do artigo aqui utilizada (a tradução em português) de 2017, a presente em *Vision of politics* (2002a) e a original constante na revista *History and Theory* (1969). Na parte em questão, salvo engano, as diferenças que existem se resumem a dois parágrafos a mais, na versão de 1969, em que Skinner debaterá algumas consequências do pensamento de Collingwood para a história das ideias e para seu método, mas as questões políticas e morais que aqui apontamos já estavam efetivamente na primeira versão do texto.

por nós com mais vagar, “Significado e interpretação na história das ideias”, é perceptível uma postura de intervenção político-moral consubstanciada na ideia de que um método adequado no estudo de história das ideias nos legaria uma possibilidade de autoconsciência decisiva para se pensar e desnaturalizar o presente e a constituição política da sociedade contemporânea.

Para evidenciar a nossa intenção e dar sustentação às discordâncias postas, procuramos, num primeiro momento, lançar mão de momentos variados da obra de Skinner os quais, de forma sucinta, enunciam e mostram como até os textos mais abstratos estão inseridos em contextos de contenda para os quais são decisivos enquanto armas de disputa intelectual. Numa segunda etapa, investigamos, a partir da leitura mais pormenorizada do ensaio “Significado e interpretação na história das ideias”, como a retórica é decisiva para construção deste texto que o próprio Skinner considera como um manifesto polêmico de método contrário às formas de estudo de história das ideias praticadas nos seus anos de formação.

Após estes passos, logramos, expor, ao nosso ver, que até mesmo os textos mais abstratos, filosóficos e metodológicos de Skinner são constitutivos e fazem parte de grandes batalhas intelectuais e até mesmo políticas de seu tempo (Cf. SKINNER, 2010, p. 15). Tal raciocínio pode ser interessante para pensarmos, também, como este método proposto por Skinner fora decisivo para que pudesse, em seus textos, batalhar para que o republicanismo, contra o liberalismo reinante, voltasse a ser uma linguagem política decisiva para o presente (Cf. SKINNER, 1999).

Referências

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

CHIPP, Herschel. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CICERO, Marco Tulio. *Do orador*. In: SCATOLIN, Adriano. A invenção do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. Tese

(Doutorado em Letras Clássicas) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2009.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

JASMIN, Marcelo. História dos conceitos e teoria política e social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.20, n. 57, fev. p. 27-38.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PALONEN, Karen. Quentin Skinner's rethoric of conceptual change. *History of human sciences*, London, v.10, n.2, p. 61-80, abril/jun., 1997.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICHTER, Melvin. Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*. *History and Theory*, Middletown, v.29, n.1, p. 38-70, fev. 1990.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 299-335, maio/ago. 2010.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, Middletown, v. 8, n. 3, p. 3-53, jan./abril. 1969.

SKINNER, Quentin. The hermeneutics of conflict. In: TULLY, J. (org.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 218-231.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SKINNER, Quentin. Entrevista a Maria Lúcia Pallares-Burke. In: PALLARES-BURKE, M. *As muitas faces da história*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Q. *Vision of politics*, v.1: regarding method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a. p. 57-89.

SKINNER, Quentin. Moral principles and social change. In: SKINNER, Q. *Vision of politics, v.1: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b. p. 145-158.

SKINNER, Quentin. Retrospect: studying rhetoric and conceptual change. In: SKINNER, Q. *Vision of politics, v.1: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002c. p. 175-188.

SKINNER, Quentin. Moral ambiguity and the Renaissance art of eloquence. In: SKINNER, Q. *Vision of politics, v.2: renaissance virtues*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 264-286.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399, jan./jul. 2017.

SKINNER, Quentin. Quentin Skinner Interviewed by Alan Macfarlane (10th January). Disponível em: <<https://www.repository.cam.ac.uk/bitstream/handle/1810/197060/skinner.txt?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 jun. 2021.

Resumo:

Sugerimos neste trabalho que a retórica pode ser encontrada em Quentin Skinner até mesmo em seus trabalhos iniciais, como, e principalmente, em “Significado e interpretação na história das ideias”. Contudo, a sua presença ali é como forma de persuadir o público acerca do debate sobre a posição skinneriana de como se estudar história das ideias. Nesse sentido, a retórica está presente naquele texto de forma prática e não como importante elemento de análise, como visto em sua obra posterior.

Palavras-chave:

teoria política; Quentin Skinner, contextualismo linguístico; ars rhetorica

Abstract:

We suggest in this paper that rhetoric can be found in Quentin Skinner even in his early works, as, and mainly, in "Meaning and interpretation in the history of ideas". However, his presence there is as a way to persuade the public around the debate on the Skinnerian position on how to study the history of ideas. In this sense, rhetoric is present in that text in a practical way and not as an important element of analysis, as seen in his later work.

Keywords:

teoria política; Quentin Skinner, contextualismo linguístico; ars rhetorica

Recebido para publicação em 25/07/2022

Aceito em 04/10/2022

 **ACESSO ABERTO**

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

